

## F- RESENHAS CRÍTICAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, 404 pág.

É o Sr. Alfredo Bosi Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, aonde ingressou como professor de literatura italiana. Integra atualmente o Departamento de Literatura Brasileira e, como fruto de suas atividades no setor, publicou uma *História concisa da literatura brasileira*, livro que mereceu a melhor acolhida da crítica especializada e muito contribuiu para alargar a sua notoriedade em âmbito nacional. Vê justamente o Prof. Alfredo Bosi a literatura como parte eminente da cultura de um povo (e não simplesmente como arte – ou artifício – da expressão verbal), o que o tem levado a fecundas indagações interdisciplinares, como é o caso desta *Dialética da Colonização*. Com esse trabalho ingressa o Prof. Alfredo Bosi na reduzida, mas luzida, grei de nossos intelectuais que vêm pensando o Brasil. Registro um tanto ao acaso: Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro.

Nos “Agradecimentos”, adverte-nos que o livro “foi escrito em diferentes momentos”. E acrescenta:

O seu ponto de partida está nos cursos de Literatura Brasileira que venho ministrando na Universidade de São Paulo desde 1970. Algumas passagens já saíram em versões que alterei a fundo ou apenas retoquei. A maior parte dos textos, porém, achava-se inédita. (pág. 9)

Todavia o autor não nos indica quais os capítulos inéditos, quais os que apresentam retocados, quais os que foram alterados a fundo; excetua-se o capítulo 10, “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras”, redigido, segundo consta de nota do pé de página, entre 1979 e 1980, e agora incorporado ao volume com alguns retoques de linguagem.

O título, *Dialética de Colonização*, exige alguns esclarecimentos. Por que “dialética”, por que “colonização”? *Dialética* como se sabe, é termo equívoco, ou melhor, multívoco. Nasceu na Grécia e sua cunhagem tem sido atribuída ao pré-socrático Zenão de Eléia (séc. V a.C.) Na própria Hélade, o sentido do termo evoluiu de Platão para Aristóteles e deste para os estóicos. Na Idade Média, a filosofia escolástica fez do vocábulo um equivalente de *lógica formal* e o incluiu no *trivium*. Nos tempos modernos, o alemão Hegel refundiu o conceito, que passou a significar o processo pelo qual o Racional se converte em Real, através da progressão triádica *tese, antítese, síntese*.

A inovação teve grande êxito, principalmente depois que o messiânico Karl Marx a adotou em seu esquema revolucionário, pondo-a, porém de cabeça para baixo, isto é, fazendo o Racional ser produto do Real, graças à substituição da Filosofia do Espírito pela do Materialismo Histórico. Daí o alerta de Sortais: “Dada a variedade de sentidos atribuída à *dialética*, não se deve empregar esse termo senão precisando-lhe a significação”.

No momento atual, o nome é usado corretamente no sentido hegeliano-marxista. É o que se dá no livro do Prof. Alfredo Bosi (dedicado a Celso Furtado, Jacob Gorender e Pedro Casaldáliga), embora de forma não muito ortodoxa. Também a palavra *colonização* deixa o leitor um tanto confuso. O livro não se limita à análise do período de nossa história dito “colonial”, pois se estende à monarquia e mesmo à república; cronologicamente, portanto, ultrapassa o período colonial. Poderia então ter havido uma sinédoque, como, parece-me, já foi lembrado: a parte pelo todo. Na verdade, dá o autor ao termo um sentido muito mais amplo. Indagado a respeito pelo entrevistador do caderno *Idéias* (Livros & Ensaios), do *Jornal do Brasil* de 26/12/92, respondeu o Prof. Bosi que deu “amplitude máxima ao conceito no capítulo inicial”. Vê no significado da palavra três dimensões, a primeira das quais é a de “exploração, apropriação e domínio”, que ocorreria, por exemplo, na frase “Portugal colonizou o Brasil”; “sentido clássico da palavra”, acrescenta o Prof. Bosi, “que no marxismo aparece quase em estado puro”. O segundo sentido aproxima-o do “processo da catequese”; ou seja, ainda o situa no período colonial. Finalmente, na terceira dimensão, o termo “adquire conotações próximas a influência colonizadora”. Esse deve ser o sentido que justifique a presença da palavra no título da obra. Quer dizer, além do sentido propriamente dito, teríamos um outro, translato, que permitiria falar em colonização econômica, intelectual, política, etc. No entanto, em virtude do enorme desenvolvimento atual dos meios técnicos de comunicação (o que já se levou a interpretar o mundo como uma “aldeia global”), torna-se difícil distinguir colonização, em sua terceira dimensão, de influência ou interinfluência. O próprio Prof. Bosi rebate a posição dos que se mostram refratários a qualquer intrusão ideológica de origem externa em nossa vida mental, pois afirma na entrevista: “A idéia de fora pode ser progressista, como no caso do liberalismo de Joaquim Nabuco, que era pelo fim da escravidão. Não fora a ressalva, e teríamos de incluir o marxismo, por exemplo, entre uma das formas de colonização da inteligência brasileira.

O período estudou-o o autor no pensamento e na ação de quatro figuras exponenciais: José de Anchieta, Gregório de Matos, Antônio Vieira e João Antônio Andreoni (Antonil). Curiosamente, com exceção de Gregório, os outros três são jesuítas. O que, aliás, se explica pela excepcional influência que teve a Companhia de Jesus na formação da consciência brasileira. Conhecida é a

afirmação de Capistrano de Abreu de que não se poderia escrever a história do Brasil sem antes escrever a correspondente da Companhia de Jesus. Desiderato cumprido magistralmente, como se sabe, pelo padre jesuíta português Serafim Leite. Nesse sentido, a posição de Gregório de Matos entre os inacianos soa a estranho no ninho.

Alfredo Bosi, professor de Literatura que é, parte sempre de uma leitura “literária” dos textos jesuíticos (e, evidentemente, também de Gregório de Matos) e procura daí tirar ilações para ir desenhando o perfil da cultura brasileira. A contradição que identifica na atividade missionária de Anchieta (e sempre deve haver contradição) é, por exemplo, a da utilização de dois códigos, um para uso próprio, ou de seus pares, outro para uso do povo, situação que decorreria, quase de forma fatal, da sua condição de intelectual que vive em colônia.

Pequeno reparo. Nos comentários ao *Auto da Ingratidão*, não há qualquer referência à edição e estudo do texto pela Prof.<sup>a</sup> Edith Pimentel Pinto (1978), perda recente, irreparável e muito sentida da própria Universidade de São Paulo. O auto, sabe-se, é bilingüe (português e castelhano), e a seleção da cada um desses idiomas para fala dos personagens tem, claro está, a sua razão de ser. A Prof.<sup>a</sup> Pimentel Pinto ocupa-se com a questão (págs. 144-148) e atribui ao “fundamento social” uma das causas da referida escolha. O *Auto* foi escrito no período da dominação espanhola, e a língua espanhola era havida por de maior prestígio, como, aliás, já observara Paul Teyssier, em sua notável contribuição *La langue de Gil Vicente*. Não deixa, pois, de ser representativo que, no *Auto* referido, a *Ingratidão*, “barregã de Lúcifer e Adão”, fale em português, ao passo que a *Vila de Vitória*, a “mocinha” da história, fale castelhano, apesar de que personifique uma povoação “brasileira”, da capitania do Espírito Santo.

O Padre Antônio Vieira nasceu em Lisboa, mas foi educado no Brasil, onde se ordenou. Viveu vida tumultuada, chegou a sofrer pena de reclusão, interveio freqüentemente em questões de natureza política ou diplomática. Por ser um denodado participante das controvérsias do seu tempo, o Prof. Bosi viu no jesuíta, antes de tudo, um homem de ação. E pôs como epígrafe, no capítulo que lhe dedicou, isto que retirou ao sermão da Terceira Domingo do Advento: “O que fazeis, isso sois, nada mais”. Chega então a escrever que “Para o voluntarismo inaciano o agir constitui a essência da alma racional e livre”.

Ora, para se compreender essa e outras afirmativas de Vieira, é preciso recolocá-las no centro das controvérsias que as geraram. A reforma protestante, especialmente em sua feição luterana, ensinava que a natureza humana havia sido corrompida essencialmente pelo pecado original, de modo que a salvação da alma viria pela Fé e não pelas obras. Foi a tese do *quietismo*, do Padre Miguel de Molinos, a que alude o Prof. Bosi, combatida pelos jesuítas e

finalmente condenada pelo papa Inocêncio XI. Mas a verdade é que a *natureza humana* não se constrói ao longo de nossas vidas e em razão de nossos atos. A natureza humana não é produto do agir individual, nem se constitui como um projeto ou processo histórico. O homem é um *ser natural* e um *projeto cultural*. Na linha desse agir no tempo é que ele define a sua personalidade, não a sua pessoa. A pessoa é o *ontos*, a personalidade a *práxis*. Quando esta (a ação) não se pauta por aquela (a natureza decaída e redimida), o homem ou a sociedade perece. Foi o que se deu com o comunismo soviético, quando, finalmente, o *ontos* derrotou a *práxis*.

Vieira, portanto, não fazia da essência humana um epifenômeno da sua existência. Sabia muito bem distinguir uma da outra e, por isso mesmo, não ignorando que o homem é um *ser moral*, isto é, livre para optar entre o bem e o mal, advertia que o homem se salva ou condena segundo a razão dos atos que pratica. O fariseu é que prega uma coisa e faz outra: “dicunt enim et non faciunt”(Mateus XXIII, 1-4). Mas no cristão doutrina e ação têm de estar coesas.

No jesuíta Antonil viu o Prof. Bosi um anti-Vieira.

Nascido na Itália (Lucca), em 1649, veio para o Brasil por iniciativa de Vieira, em 1681, e aqui ficou lecionando no Colégio da Bahia, de que foi o Reitor, e desempenhando ainda cargos de responsabilidade, como os de Visitador e Provincial. Faleceu na Bahia, em 1716.

Embora não tivesse sido autor de obra vasta, deixou-nos um livro, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, que o historiador José Honório Rodrigues considerava “um dos dez maiores livros que se escreveram sobre o Brasil Colonial”. Publicado em 1711, com todas as licenças necessárias dos poderes civis e eclesiásticos, teve logo depois a edição confiscada e queimada por ordem real; dela restam apenas sete exemplares, dois dos quais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O conhecimento da “cultura e opulência do Brasil”, num momento de convulsões políticas internas e delicados problemas externos, pareceu à coroa portuguesa capaz de despertar, ou antes, aguçar a cobiça estrangeira (o saque do Rio de Janeiro pelos corsários de Duguay-Trouin deu-se exatamente em 1711). O que se pode concluir de todos esses percalços é que o trabalho de Antonil era sério e objetivo.

Anchieta, Vieira e Antonil viveram, como era natural, as questões próprias de sua época. Anchieta, perante um mundo novo onde tudo estava por fazer, teve como empresa a conversão do gentio; Vieira chegado a uma sociedade já parcialmente estruturada, fez da luta pela libertação do gentio a sua cruzada; Antonil, contemporâneo de Vieira mas de uma geração a ele posterior (a diferença de idade entre ambos era de quarenta anos), defrontava-se com uma sociedade estruturalmente escravocrata, fato que condenava; contudo admitia

que os próprios padres tivessem índios a seu serviço, *pretio laboris soluto*, ou seja “liberado o pagamento do trabalho” (algo como a nossa “livre negociação”, sintagma um tanto desajeitado, construído à moda inglesa). Todos três procuravam aplicar os princípios cristãos ao tipo de sociedade em que viviam; *espiritualismo histórico e não materialismo histórico*. A condenação sumária da posição de Antonil pelo Prof. Bosi expressa nestas palavras “em Andreoni a consciência moral já está inteiramente dobrada às razões do mercantilismo colonial”, parece-me pois, excessiva e decorrente do princípio marxista de que “Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, ao contrário, é a sua existência que determina a sua consciência” (quarta das quinze proposições que Marx arrolou na introdução de sua *Crítica da Economia Política*).

Princípio falso, sem dúvida. Pois como se pode admitir que condições materiais da existência, necessariamente passivas e inertes, possam pilotar a mente humana, única força capaz de pensar e interpretar a vida? A aceitá-lo, pensar seria um ato *meccânico* e não *criativo*. Por certo, as condições materiais fornecem dados que a inteligência assimila para raciocinar livremente. Influem, mas não determinam. Aliás o determinismo histórico (a roda da História...) é uma das facetas mais ilustrativas da gestação oitocentista do pensamento de Marx e uma das causas do decadentismo atual de seu embasamento filosófico.

O período monárquico é visualizado em três estudos: a) o indianismo de Alencar (1829-1877); b) a escravidão entre dois liberalismos; c) sob o signo de Cam (o abolicionismo de Castro Alves, 1847-1871, e as vozes negras de Cruz e Sousa, 1861-1898, e Lima Barreto, 1881-1922).

O indianismo de Alencar é focalizado principalmente nos textos de *O Guarani* e *Iracema*, livros que, diz, paradoxalmente fundaram o romance nacional (pág. 179). Na visão do prof. Bosi, Peri, o índio-símbolo do primeiro dos romances supracitados, assume atitude conservadora, quando o esperável, argumenta, seria que ocupasse no imaginário pós-colonial o papel de rebelde. Ao revés o índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador (v. pág. 177). Esse o sentido político da trama, que, deixando de lado a literariedade, pode o Prof. Bosi depreender do mais importante romance alencariano.

No capítulo 7, sobre a escravidão, põe o autor em foco a contradição surgida entre uma sociedade escravocrata e a ascensão do pensamento liberal, que ia minando os fundamentos tradicionais do regime monárquico. A consequência foi a diferenciação progressiva surgida dentro da própria doutrinação liberal. A princípio teve o liberalismo caráter oligárquico e conservador: liberdade para gerir a produção de bens de consumo, mas ignorância quanto à condição inumana do trabalho escravo. A semente liberal, porém, continuava

a germinar, e daí nasceu o *novo liberalismo*, expressão de Joaquim Nabuco, quem arvorou a bandeira do abolicionismo. Veio a Abolição, extinguiu-se a escravatura, extinguiu-se a monarquia.

O capítulo “A arqueologia do Estado-Providência”, que estuda o período republicano até o Estado Novo, é porventura o mais original. Traz à baila a forte influência da ideologia positivista no período, patente e latente na penosa marcha do nosso republicanismo. A revolução de 30, capitaneada pelo Sr. Getúlio Vargas, de “extração castilhistas” (pág. 286), ainda foi eco do prolongado positivismo sulriograndense. A presença da ideologia positivista em nossa evolução política é, aliás, precioso filão para novos mergulhos na fase republicana da nossa história.

O capítulo 10 tem por título “Cultura brasileira e culturas brasileiras”.

O autor, acompanhando moderna tendência pluralista atuante nas ciências ditas humanas, vê no uso da forma do plural uma submissão do pesquisador aos fatos, uma vez que “é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes” (pág. 308).

O comprometimento inicial dessa posição está na identificação de dois conceitos que não se ajustam como verso e anverso da mesma medalha: *unidade* e *uniformidade*. Por exemplo: pode-se (e deve-se) falar na unidade da espécie humana e não na sua uniformidade. A unidade é constituída pelos caracteres essenciais de um ser, ao passo que a uniformidade engloba na definição os caracteres acidentais, o que, de fato, não ocorre em nenhuma cultura. Negando, porém, ao nosso país unidade cultural, ainda será lícito falar em “nação brasileira”? O tema é delicado.

Dentre as diferentes acepções que o termo *cultura* apresenta, inclina-se o Prof. Bosi para a de tipo antropológico, que declara ser “de longe, a mais fecunda” (pág. 322). Tal afirmação se encontra na seção do capítulo dedicado à “cultura popular”, o que já demonstra os pendores do A. para a identificação de nossa identidade cultural com a cultura popular, que, assim, assume o posto deixado vago pela cultura brasileira. Note-se que, no final do capítulo, vem pequena bibliografia de apoio, onde os itens referentes a autores brasileiros dizem respeito particularmente à cultura popular: folk-lore, cultura de massa, tradições populares, condição operária. É verdade que o A. se ocupa também com a cultura de elite ou cultura universitária. Nesse ponto devo confessar que me surpreendeu o teor de sua crítica, sem resquícios ideológicos, no tocante ao rumos do ensino universitário, o que, aliás, se explica pela vivência acadêmica, titular que é da Universidade de São Paulo. Como não concordar, por exemplo, com a condenação do exibicionismo cerebrino a que leva “a tendência a sincro-

nizar tudo... em tudo submeter ao foco subjetivo do intérprete imerso em sua temporalidade”? (pág. 312). Pena é que mais adiante vá arrimar-se ao ideologismo pedagógico do Sr. Paulo Freire, a quem galardoar com o título de “maior mestre da Educação brasileira”... (pág. 342).

Tenho as minhas dúvidas sobre se a prática da educação preconizada pelo Sr. Paulo Freire conduz realmente ao mundo da liberdade, como pensa o A.

O livro de Vivian Schelling *A presença do povo na cultura brasileira* consta de dois ensaios, um sobre o pensamento de Mário de Andrade e outro sobre o de Paulo Freire. Não me posso estender na apreciação deste segundo ensaio, mas tenho de dizer alguma coisa para dar os fundamentos das minhas dúvidas.

Informa-nos a autora, no capítulo consagrado ao “Método de alfabetização de adultos” que, em 1960, sob o governo de Miguel Arrais, foi Paulo Freire encarregado da coordenação do projeto de Educação de Adultos. Logo criou duas instituições, que a autora julga fundamentais: os *Círculos de Cultura* e os *Centros de Cultura*. A técnica da dinamização dos cursos era a das “relações dialógicas”. Nessas relações dialógicas, conta Paulo Freire, “os temas de discussão que mais se repetiam eram: nacionalismo, remessa de lucros para o estrangeiro, o desenvolvimento político do Brasil, políticas de desenvolvimento, analfabetismo (para não dizer que não toquei no assunto...), o direito de voto dos analfabetos, socialismo, comunismo, direitismo, Sudene, democracia e as Ligas Camponesas” (pág. 328). Como se vê, relações dialógicas muito adequadas ao método de alfabetização de adultos... Pouco adiante (pág. 331) declara a A. que “Esse processo global de auto-reflexão foi então descrito por Paulo Freire como *conscientização*”. Portanto *conscientização* e não *alfabetização*. O objetivo do “método não é, pois, ensinar a ler e escrever, mas instalar na mente do adulto a ideologia do educador. O que, convenhamos, é altamente deseducativo. E logo de início lhe retira a *liberdade* de escolha tão apregoada.

Alfabetizar consiste, desde a mais remota Antigüidade, em promover no aluno a capacidade de apreender a relação entre a letra e o som, segundo o alfabeto próprio de cada língua. Em inglês, *literate* é o alfabetizado. Para alcançar tais objetivos, já se tentaram vários métodos: soletração, silabação, sentencição... Mas, realmente o método auto-reflexivo, cognitivo ou o que mais o seja da escola de Paulo Freire, é uma *trouaille* de ideólogos e não de pedagogos. Nela não há professores, e sim coordenadores. Esses “coordenadores” são formados no Método Paulo Freire e na análise da “realidade brasileira”, com cursos sobre a natureza do “processo revolucionário brasileiro”, sobre a “cultura erudita e popular”, sobre a “economia brasileira”, a “falta de organicidade da educação brasileira” e sobre o “processo de desalienação”. (pág. 347). *Excusez du peu*. Quanto à alfabetização propriamente dita, neça.

Na verdade, só depois dessa limpeza ou intoxicação cerebral, como queiram, é que o indefeso aluno estará apto para ser devidamente alfabetizado. Ou, conforme diz a A.: “Tendo esgotado (!) a discussão do conceito antropológico de cultura, o processo de alfabetização começa com uma palavra geradora – uma codificação da experiência existencial dos sujeitos” (pág. 350). Essa palavra “geradora” não gera vocábulos fonicamente seminais, mas *conceitos* extraídos da tão decantada cultura popular. Daremos um exemplo buscado à pág. 372. Palavra geradora (ou ficha motivadora): COZINHA. Alfabetização e Politização (era inevitável...). Projeção: Uma cena nordestina – uma mulher trabalhando numa cozinha, aparecendo também as palavras: jarra (rr), fogão (ão), tigela (je ?), junto aos objetos respectivos.

Que mixórdia fonográfica! A palavra geradora é altamente imprópria para iniciar os alunos no conhecimento das normas da escrita. O grafema C, dependendo do contexto fônico, pode corresponder a dois fonemas distintos: /k/ ou /s/. Ao fonema /ñ/ corresponde não uma letra e sim um dígrafo: *nh*. Em *jarra*, outro dígrafo, *rr*, com a agravante de que o fonema que lhe corresponde, em outros contextos fônicos, pode ser representado por um *r* singelo. Segue-se uma palavra – fogão – com o ditongo /ãw/, o que já é uma unidade complexa: vogal + semivogal. Em *tigela*, o autor da unidade didática deixa transparecer que ignora se a grafia correta da palavra se faz com *g* ou *j*. Outro erro técnico do alfabetizador: o fonema /š/ admite na língua portuguesa a representação, segundo o contexto fônico, por dois grafemas *j* e *g*. Não há graduação nesse “método” e sim babélica confusão.

Como pode uma pessoa sem conhecimentos rudimentares de fonética e fonologia arvorar-se em renovadora de métodos de alfabetização? Contudo a resposta é simples: não se trata de método de “alfabetização” e sim de “conscientização”.

Concluído este intermezzo pedagógico, retornemos à questão da cultura brasileira. Que nos seja permitido sugerir no pleito a leitura do excelente capítulo que o Prof. Gladstone Chaves de Melo dedicou ao assunto em sua *Origem formação e aspectos da cultura brasileira*.

Mas afinal existe ou não uma cultura brasileira? Se existe, quais os seus elementos definidores?

Sem pretender deslindar tão sensível problema, apontarei alguns desses traços, simplesmente para não deixar a impressão de que se trata de problema insolúvel. Ao contrário, tem solução e positiva. Ei-los:

1 – Cultura americana e não européia. Isso significa que a nossa cultura teve de sofrer a influência do meio, quer natural (clima, paisagem, produtos da terra), quer social (a contribuição do indígena e principalmente africano).



2 – Cultura transplantada e não nativa. Trata-se da cultura latino-cristã, em sua feição ibérica, que para aqui trouxeram os colonizadores portugueses, mas que teve de se adaptar às influências locais supracitadas.

3 – Religião cristã (e não muçulmana, judaica ou budista, entre outras). Nas crenças de origem africana, por exemplo, houve assimilação de elementos cristãos (sincretismo: Iemanjá/ Nossa Senhora, Ogum/ São Jorge); e quanto ao judaísmo, não se podem esquecer as origens judaicas do Cristianismo.

4 – Unidade de língua. O Brasil apresenta notável unidade lingüística, facilmente comprovável, o que é um feito extraordinário, dada a grande extensão de nosso território. Não temos sequer minorias lingüísticas, pois assim não podemos considerar as falas tribais indígenas remanescentes, numerosas e sem qualquer integração real ou possível na comunidade nacional.

5 – Força assimiladora. A não ser graças a incentivos artificiais, os estrangeiros emigrados fácil e rapidamente se adaptam aos nossos gêneros de vida, sem perderem os seus hábitos culturais.

Nascida de pais europeus, criamos neste subcontinente sul-americano uma cultura consciente de sua unidade e do direito conquistado de viver (e não apenas simbólicos) que são *o nosso* patrimônio. Preservar e vitalizar constantemente essa cultura, eis a alta missão das gerações presentes e futuras.

O livro ainda se conclui com um *Post-Scriptum* 1992 e um *Olhar em retrospecto*, aos quais, infelizmente, só poderemos fazer rápidas alusões. De modo geral, porém, mais acrescentam que retificam. Diz, por exemplo o autor (pág. 347) que se mantém fiel ao eixo do texto que gira em torno da qualidade plural da cultura. E, na pág. 353, declara: “Hoje, ao contrário (de um todo internamente articulado), é o desejo do descontínuo e do descentrado, com suas figuras correlatas, que dá um ar de família às expressões culturais”. É o que o autor chama *saber em migalhas*.

Na página seguinte, fala o Prof. Bosi em “um certo *ethos* recorrente na cultura atual que enforma hábitos cognitivos, estéticos, éticos e políticos”. Esse *ethos* se caracteriza pela tendência e gosto da pluralização, da fragmentação, da desintegração, em antagonismo com o anseio da unidade, senão mesmo uniformidade, subjacente, por exemplo, nos regimes fascistas e comunistas. Mas esse *ethos* é próprio da cultura de elite e não da cultura popular. Num país como o Brasil, onde tradição e vocação históricas convergem no sentido da unidade, é nítido o divórcio entre o *ethos* elitista e o sentimento popular.

Ocupa-se ainda o Prof. Bosi com temas na ordem do dia, quais o da modernidade e da pós-modernidade, que ninguém ao certo sabe o que sejam. Mas aplausos não se hão de poupar ao que escreve a respeito da *indústria*

*cultural*. Os meios de comunicação de massa, os famosos *mass-média*, o quarto poder que Montesquieu desconheceu, é quiçá o mais poderoso. Por isso é que têm toda a procedência estas palavras finais do Prof. Bosi:

Enfim, à proporção que o nosso olhar se move no rumo da vida mental contemporânea, uma teia de signos tecnicamente nova marca a sua presença imperiosa: são os meios de comunicação de massa. Dos meados do século XX em diante, passa a ser colonizada em escala planetária a alma de todas as classes sociais.

Colonizar quer dizer agora massificar a partir de certas matrizes poderosas de imagens, opiniões e estereótipos. (pág. 383)

(RJ, 22/01/93)

\*

PICCHIO, Luciana Stegagno. Murilo Mendes POESIA COMPLETA E PROSA. Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.

1 - *Luciana Stegagno Picchio*, a editora do volume (organização, preparação do texto e notas) é nome que dispensa encômios e qualquer tentativa de apresentação. A sua substanciosa e diversificada obra fala, com muita eloqüência, de seus méritos e do seu devotamento à causa da cultura lusíada.

Catedrática de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade *La Sapienza*, de Roma, voltou-se também, com a habitual mestria, para o estudo da Literatura Brasileira, da qual nos deu, em 1972, uma visão modelar (*La Letteratura Brasiliana*, Milão). Dedicou o estudo significativamente a Murilo Mendes. Atraída pelo fascínio da língua portuguesa, mergulhou na análise de um dos períodos mais árduos de sua evolução, a fase arcaica, e, de muitas e devotadas pesquisas, nasceram edições críticas que contribuíram poderosamente para a renovação da ciência filológica portuguesa. Continua a trabalhar, com o mesmo ardor e competência na obra que vem compondo em louvor da cultura luso-brasileira. É disto claro exemplo o presente volume, em que devolve, de corpo inteiro, às nossas letras uma das suas vozes mais originais e significativas, que a insensibilidade das Parcas já começava a pretender encobrir com o véu de um impossível esquecimento.

2 - MURILO MONTEIRO MENDES nasceu em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em 13 de maio de 1901 e veio a falecer em Lisboa, no dia 13 de agosto de 1975, onde foi sepultado. Fez os estudos de primeiro e segundo